

INSTRUÇÕES

1. ESTE CADERNO DE PROVAS CONTÉM **30 (TRINTA)** QUESTÕES OBJETIVAS DE **DIREITO** E **2 (DUAS)** QUESTÕES **DISSERTATIVAS**;

2. NA HIPÓTESE DE O CADERNO ESTAR INCOMPLETO OU COM QUALQUER DEFEITO FORMAL, O(A) CANDIDATO(A) DEVERÁ SOLICITAR IMEDIATAMENTE AO FISCAL MAIS PRÓXIMO QUE O SUBSTITUA. NÃO SERÃO DEFERIDOS RECURSOS BASEADOS EM DEFEITOS FORMAIS DO CADERNO DE PROVA;

3. SE O(A) CANDIDATO(A) CONSIDERAR QUE DETERMINADA QUESTÃO APRESENTA QUALQUER DEFEITO DE CONTEÚDO, DEVERÁ DELA RECORRER NO PRAZO PREVISTO PARA TANTO. NÃO SERÁ PRESTADO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA, ESCLARECIMENTO ALGUM RELATIVAMENTE A DEFEITOS DESSA NATUREZA OU QUANTO À INTERPRETAÇÃO DOS COMANDOS E DOS ITENS DAS QUESTÕES;

4. É VEDADA QUALQUER ESPÉCIE DE CONSULTA, BEM COMO A COMUNICAÇÃO COM QUALQUER PESSOA QUE NÃO OS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ATUANDO NA APLICAÇÃO DA PROVA;

5. CASO O CANDIDATO TRAGA CONSIGO ALGUM APARELHO ELETRÔNICO, ESTE **DEVERÁ** PERMANECER **DESLIGADO** E GUARDADO CONSIGO.

6. NÃO SERÁ PERMITIDO O USO DE RELÓGIOS DIGITAIS E *SMARTWATCHES*.

7. A DURAÇÃO DA PROVA É DE **4 HORAS** IMPRORROGÁVEIS, INCLUÍDO O TEMPO PARA PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS. AO FINAL DESSE TEMPO, O(A) CANDIDATO(A) QUE NÃO ENTREGAR IMEDIATAMENTE O CADERNO DE PROVAS SERÁ CONSIDERADO DESISTENTE DA SELEÇÃO; O CANDIDATO **SOMENTE** PODERÁ SE AUSENTAR DO LOCAL DE PROVA **APÓS UMA HORA**, CONTADA DO EFETIVO INÍCIO DA PROVA;

8. CADA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA APRESENTA **CINCO** ALTERNATIVAS (A,B,C,D,E) ;

9. MUITO IMPORTANTE: COMPETE UNICAMENTE AO(A) CANDIDATO(A), SOB SUA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE, PREENCHER O ESPAÇO DESTINADO ÀS RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA NO CARTÃO-RESPOSTA, QUE SERÁ O ÚNICO DOCUMENTO CONSIDERADO PARA CORREÇÃO. SERÃO CONSIDERADAS INCORRETAS MARCAÇÕES DUPLAS, RASURADAS OU EMENDADAS. NÃO HAVERÁ, EM HIPÓTESE ALGUMA, SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTAS EM RAZÃO DE ERRO DO(A) CANDIDATO(A);

10. NO CARTÃO DE RESPOSTAS, AS QUESTÕES ESTÃO REPRESENTADAS PELOS SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS. PREENCHA, TOTALMENTE, COM CANETA ESFEROGRÁFICA (TINTA AZUL OU PRETA) TODA A ÁREA CORRESPONDENTE À OPÇÃO DE SUA ESCOLHA, SEM ULTRAPASSAR AS BORDAS; BEM COMO, LEMBRAR DE **ASSINAR** O CARTÃO DE RESPOSTAS.

11. O CANDIDATO RECEBERÁ DUAS FOLHAS RESPOSTAS, UMA PARA CADA QUESTÃO DISSERTATIVA, QUE DEVERÃO SER ENUMERADAS PELO CANDIDATO. AO PREENCHER AS FOLHAS RESPOSTAS DAS QUESTÕES DISSERTATIVAS O CANDIDATO DEVERÁ RESTRINGIR-SE AO LIMITE DE LINHAS DA FOLHA.

A INOBSERVÂNCIA DE QUALQUER UMA DESSAS INSTRUÇÕES OU DAS CONTIDAS NO EDITAL ACARRETERÁ A EXCLUSÃO DO(A) CANDIDATO(A) DA SELEÇÃO.

ID

NOME COMPLETO

CADERNO DE PROVAS

PROVA OBJETIVA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 01

SOBRE AUDIÊNCIA JUDICIAL, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) A AUDIÊNCIA JUDICIAL, DADA A HORA DE INÍCIO, NÃO PODE SER ADIADA POR ATRASO DO JUIZ, MAS APENAS SE HOUVER ATRASO DAS PARTES POR 60 MINUTOS OU MAIS.
- B) MESMO EM SE TRATANDO DE QUESTÕES DE DIREITO FUNDAMENTAL, O JUIZ PODE DISPENSAR A PRODUÇÃO DE PROVAS SE O DEFENSOR PÚBLICO FALTAR.
- C) A AUDIÊNCIA DEVE SER EM REGRA DE ACESSO EXCLUSIVO DAS PARTES.
- D) A AUDIÊNCIA PODE SER ADIADA POR CONVENÇÃO DAS PARTES.
- E) O JUIZ NÃO DETÉM PODER DE POLÍCIA DURANTE A CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA.

QUESTÃO 02

SOBRE O NEGÓCIO PROCESSUAL, DISCIPLINADO NO ART. 190 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E SOBRE MEDIAÇÃO, DISCIPLINADA NA LEI Nº 13.140/2015, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) TODO NEGÓCIO PROCESSUAL, PARA PRODUZIR EFEITOS ENTRE AS PARTES E PARA TERCEIROS, DEPENDE DE PRÉVIA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL.
- B) É POSSÍVEL NEGÓCIO PROCESSUAL QUE VERSE SOBRE ÔNUS DA PROVA EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
- C) DIREITOS INDISPONÍVEIS NÃO PODEM SER OBJETO DE TRANSAÇÃO, EXCETO SE HOUVER CONFIRMAÇÃO JUDICIAL, SUJEITO A RECURSO NECESSÁRIO.
- D) O JUIZ NÃO PODE CONTROLAR DE OFÍCIO A VALIDADE DOS NEGÓCIOS PROCESSUAIS, MESMO QUE UMA DAS PARTES ESTEJA EM MANIFESTA DESVANTAGEM.
- E) A PARTE QUE ASSINOU O NEGÓCIO NÃO PODE ANULÁ-LO, ALEGANDO QUE PASSOU A ESTAR EM SITUAÇÃO DE EXTREMA VULNERABILIDADE OU QUE FOI INDUZIDO A ERRO.

QUESTÃO 03

SOBRE NULIDADES NO PROCESSO CIVIL, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) QUANDO A LEI PRESCREVER DETERMINADA FORMA SOB PENA DE NULIDADE, A DECRETAÇÃO DESTA PODE SER REQUERIDA PELA PARTE QUE LHE DEU CAUSA, EIS QUE O TEMA É DE INTERESSE PÚBLICO.
- B) A NULIDADE DOS ATOS DEVE SER ALEGADA NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE EM QUE COUBER À PARTE FALAR NOS AUTOS, SOB PENA DE PRECLUSÃO, EXCETO CASOS DE NULIDADE ABSOLUTA OU JUSTO IMPEDIMENTO.
- C) A NULIDADE É UM ASSUNTO QUE FOI SUPERADO PELO ATUA CPC, EM NOME DO PRAGMATISMO QUE DEVE GERIR O PROCESSO.
- D) A FALTA DE CITAÇÃO É CAUSA SEMPRE DE NULIDADE RELATIVA.
- E) É POSSÍVEL A CONVALIDAÇÃO DE ATO NULO PELO JUIZ, QUANDO ELE ESTIVER PREOCUPADO EM GARANTIR UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CÉLERE.

QUESTÃO 04

SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) A TUTELA PROVISÓRIA SE DIVIDE EM URGENTE, EVIDENTE E DOCUMENTAL, ALÉM DE TUTELA INOMINADA.
- B) A TUTELA PROVISÓRIA SEMPRE DEPENDE DO PAGAMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS.
- C) OS EFEITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA DURAM APENAS 90 DIAS, SUJEITO À PRORROGAÇÃO JUSTIFICADA.
- D) A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR PODE SER EFETIVADA MEDIANTE ARRESTO, SEQUESTRO, ARROLAMENTO DE BENS, REGISTRO DE PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BEM E QUALQUER OUTRA MEDIDA IDÔNEA PARA ASSEGURAÇÃO DO DIREITO
- E) A DECISÃO QUE CONCEDE ANTECIPADAMENTE A TUTELA PODE FAZER COISA JULGADA, MESMO SE O PROCESSO PRINCIPAL NÃO FOR INSTAURADO.

QUESTÃO 05

SOBRE A COMPETÊNCIA, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) DETERMINA-SE A COMPETÊNCIA NO MOMENTO DO REGISTRO OU DA DISTRIBUIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL, SENDO IRRELEVANTES AS MODIFICAÇÕES DO ESTADO DE FATO OU DE DIREITO OCORRIDAS POSTERIORMENTE, SALVO QUANDO SUPRIMIREM ÓRGÃO JUDICIÁRIO OU ALTERAREM A COMPETÊNCIA ABSOLUTA.
- B) A AÇÃO FUNDADA EM DIREITO PESSOAL OU EM DIREITO REAL SOBRE BENS MÓVEIS SERÁ PROPOSTA, EM REGRA, NO FORO ONDE OCORREU O LITÍGIO.
- C) HAVENDO 2 (DOIS) OU MAIS RÉUS COM DIFERENTES DOMICÍLIOS, SERÃO DEMANDADOS NO FORO DO QUE FOR MAIOR DEVEDOR.
- D) É COMPETENTE O FORO DA CAPITAL PARA AS CAUSAS EM QUE SEJA AUTOR ESTADO OU O DISTRITO FEDERAL.
- E) QUANDO FOR RÉ A PESSOA JURÍDICA, A COMPETÊNCIA É SEMPRE NO LUGAR DA FILIAL ONDE FOI CELEBRADO O NEGÓCIO.

QUESTÃO 06

SOBRE O "AMICUS CURIAE", ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) A INTERVENÇÃO DO "AMICUS" TEM EFEITO SOBRE AS REGRAS DE COMPETÊNCIA.
- B) O "AMICUS" PODE RECORRER CONTRA A INJUSTIÇA DA DECISÃO.
- C) OS PODERES DO "AMICUS" SE EQUIVALEM AO DE PARTE PROCESSUAL.
- D) O JUIZ OU O RELATOR, CONSIDERANDO A RELEVÂNCIA DA MATÉRIA, A ESPECIFICIDADE DO TEMA E OUTROS FATORES PODERÁ, POR DECISÃO IRRECORRÍVEL, DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO, ADMITIR A PARTICIPAÇÃO DO "AMICUS".
- E) A PARTICIPAÇÃO DO "AMICUS" É UM RETROCESSO À EFETIVIDADE DO PROCESSO.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 07

SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) O CRIME DEPENDE DE PRÉVIA DISCIPLINA LEGAL, MAS ISSO NÃO SE APLICA À PENA.
- B) CONSIDERA-SE LOCAL DO CRIME O LOCAL ONDE SE PRODUZIU OU DEVIA SE PRODUZIR O RESULTADO.
- C) TOMANDO COMO REFERÊNCIA NOSSO PAÍS, SE O FATO FOR PREVISTO COMO CRIME NO LOCAL ONDE SE PRATICOU, P.EX., EM PAÍS ESTRANGEIRO, O SUJEITO É PASSÍVEL DE PUNIÇÃO SEGUNDO AS LEIS NACIONAIS, MESMO QUE NO BRASIL O FATO NÃO SEJA PREVISTO COMO CRIME.
- D) PARA EFEITO DE CONTAGEM DOS PRAZOS EM DIREITO PENAL, o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- E) A PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO NÃO É COMPUTADO NO BRASIL, QUANDO O PRESO É TRANSFERIDO. EM ESPECIAL, SE O CRIME FOR BASTANTE GRAVE.

QUESTÃO 08

ASSINALE A ALTERNATIVA **INCORRETA**:

- A) NÃO SE PUNE A TENTATIVA QUANDO, POR INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO OU POR ABSOLUTA IMPROPRIEDADE DO OBJETO, É IMPOSSÍVEL CONSUMAR-SE O CRIME.
- B) O ERRO SOBRE ELEMENTO CONSTITUTIVO DO TIPO LEGAL DE CRIME EXCLUI O DOLO, MAS PERMITE A PUNIÇÃO POR CRIME CULPOSO, SE PREVISTO EM LEI.
- C) O DESCONHECIMENTO DA LEI É INESCUSÁVEL. O ERRO SOBRE A ILICITUDE DO FATO, SE INEVITÁVEL, ISENTA DE PENA; SE EVITÁVEL, PODERÁ DIMINUI-LA DE UM SEXTO A UM TERÇO.
- D) NÃO HÁ CRIME QUANDO O AGENTE PRATICA O FATO EM ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL OU NO EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.
- E) QUEM, DE QUALQUER MODO, CONCORRE PARA O CRIME INCIDE NAS PENAS A ESTE COMINADAS, NA MEDIDA DE SUA CULPABILIDADE, POR ISSO A PENA NÃO PODE SER DIMINUÍDA SE A PARTICIPAÇÃO FOR DE MENOR IMPORTÂNCIA.

QUESTÃO 09

SOBRE PRESCRIÇÃO, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) EXTINGUE-SE A PUNIBILIDADE QUANDO LEI POSTERIOR MUDA A PENA DO CRIME DE PRIVATIVA DE LIBERDADE PARA RESTRITIVA DE DIREITO.
- B) A PRESCRIÇÃO, ANTES DE TRANSITA EM JULGADO A SENTENÇA FINAL, REGULA-SE PELO MÁXIMO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE COMINADA AO CRIME.
- C) NOS CRIMES PERMANENTES, A PRESCRIÇÃO SE CONTA DO PRIMEIRO ATO.
- D) A PRESCRIÇÃO DA PENA DE MULTA SE CONTA PELA METADE DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.
- E) CRIMES HEDIONDOS SÃO IMPRESCRITÍVEIS, ASSIM COMO OS CRIMES FINANCEIROS.

QUESTÃO 10

SOBRE A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO ("SURSI PROCESSUAL"), ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) BASTA A OFERTA DA DENÚNCIA, PARA SER RECEBIDA A PROPOSTA DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.
- B) O "SURSI" VALE PARA CRIMES COM PENA MÁXIMA ATÉ QUATRO ANOS.

C) É INCONSTITUCIONAL QUE O "SURSIS" SEJA REVOGADO SE, NO CURSO DO PRAZO, O BENEFICIÁRIO VIER A SER PROCESSADO POR OUTRO CRIME OU NÃO EFETUAR, SEM MOTIVO JUSTIFICADO, A REPARAÇÃO DO DANO. AFINAL, VIOLA O ATO JURÍDICO PERFEITO DECORRENTE DA CONCESSÃO.

D) NÃO CORRERÁ A PRESCRIÇÃO DURANTE O PRAZO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO.

E) O SURSIS PROCESSUAL É UMA FORMA DE FORÇAR O ACORDO, EM PREJUÍZO DA REAL CULPA DO "BENEFICIADO". DA MESMA FORMA, É INCONSTITUCIONAL A CLÁUSULA DE CUMPRIMENTO DO "SURSIS" CONSISTENTE NA PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR DETERMINADOS LUGARES.

QUESTÃO 11

SOBRE OS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

A) O CRIME DE FALSO TESTEMUNHO DEIXA DE SER PUNÍVEL SE, ANTES DA SENTENÇA NO PROCESSO EM QUE OCORREU O ILÍCITO, O AGENTE SE RETRATA OU DECLARA A VERDADE.

B) O PECULATO NÃO EXISTE QUANDO A APROPRIAÇÃO OU SUBTRAÇÃO OCORRE COM DINHEIRO, QUE É, POR EXCELÊNCIA, UM BEM FUNGÍVEL.

C) O DESCAMINHO DEIXA DE SER CRIME SE O SUJEITO PAGA O VALOR DO DÉBITO.

D) DESACATO DEIXOU DE SER CRIME EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA MAIOR PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS PENAIIS.

E) NÃO EXISTE O CRIME DE PECULATO CULPOSO.

QUESTÃO 12

ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**. SÃO CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO, PREVISTO NA LEI Nº 7.492/86:

A) PEDIR EMPRÉSTIMO A BANCO E, POR CIRCUNSTÂNCIAS CULPOSAS, NÃO TER CONDIÇÕES DE HONRAR A OBRIGAÇÃO.

B) GERIR FRAUDULENTAMENTE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

C) COMPRAR DÓLARES SEM SER POR MEIO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA REGISTRADA NO BANCO CENTRAL.

D) NÃO É CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO ATRIBUIR A TERCEIRO FALSA IDENTIDADE, PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CÂMBIO.

E) CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO DEPENDEM DO RESULTADO DA PRÁTICA DESVIANTE, EIS QUE VALORES ABAIXO DE 100 MIL REAIS NÃO OFENDEM O BEM JURÍDICO COLETIVO.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 13

SOBRE O INQUÉRITO POLICIAL, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **CORRETA**:

I) INCUMBIRÁ À AUTORIDADE POLICIAL FORNECER ÀS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DOS PROCESSOS.

II) INCUMBIRÁ À AUTORIDADE POLICIAL REALIZAR AS DILIGÊNCIAS REQUISITADAS SOMENTE PELO JUIZ.

III) INCUMBIRÁ À AUTORIDADE POLICIAL CUMPRIR OS MANDADOS DE PRISÃO EXPEDIDOS PELAS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS.

IV) O MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO PODERÁ REQUERER A DEVOLUÇÃO DO INQUÉRITO À AUTORIDADE POLICIAL, SENÃO PARA NOVAS DILIGÊNCIAS, IMPRESCINDÍVEIS AO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.

- A) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS AFIRMATIVAS III E IV.
- B) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS AFIRMATIVAS I E III.
- C) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I, III E IV.
- D) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS AFIRMATIVAS II E IV.
- E) TODAS AS AFIRMATIVAS ESTÃO CORRETAS.

QUESTÃO 14

SOBRE A AÇÃO PENAL, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **INCORRETA**:

- A) NOS CRIMES DE AÇÃO PÚBLICA, ESTA SERÁ PROMOVIDA POR DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MAS DEPENDERÁ, QUANDO A LEI O EXIGIR, DE REQUISIÇÃO DO MINISTRO DA JUSTIÇA, OU DE REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO OU DE QUEM TIVER QUALIDADE PARA REPRESENTÁ-LO.
- B) A REPRESENTAÇÃO SERÁ IRRETRATÁVEL DEPOIS DE CONCLUÍDA A RESPECTIVA INVESTIGAÇÃO.
- C) SEJA QUAL FOR O CRIME, QUANDO PRATICADO EM DETRIMENTO DO PATRIMÔNIO OU INTERESSE DA UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIO, A AÇÃO PENAL SERÁ PÚBLICA.
- D) QUALQUER PESSOA DO POVO PODERÁ PROVOCAR A INICIATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS CASOS EM QUE CAIBA A AÇÃO PÚBLICA, FORNECENDO-LHE, POR ESCRITO, INFORMAÇÕES SOBRE O FATO E A AUTORIA E INDICANDO O TEMPO, O LUGAR E OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO.
- E) SE O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, AO INVÉS DE APRESENTAR A DENÚNCIA, REQUERER O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL OU DE QUAISQUER PEÇAS DE INFORMAÇÃO, O JUIZ, NO CASO DE CONSIDERAR IMPROCEDENTES AS RAZÕES INVOCADAS, FARÁ REMESSA DO INQUÉRITO OU PEÇAS DE INFORMAÇÃO AO PROCURADOR-GERAL, E ESTE OFERECERÁ A DENÚNCIA, DESIGNARÁ OUTRO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA OFERECÊ-LA, OU INSISTIRÁ NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO, AO QUAL SÓ ENTÃO ESTARÁ O JUIZ OBRIGADO A ATENDER.

QUESTÃO 15

SOBRE A COMPETÊNCIA NO DIREITO PROCESSUAL PENAL, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA:

- A) NÃO SENDO CONHECIDO O LUGAR DA INFRAÇÃO, A COMPETÊNCIA REGULAR-SE-Á PELO DOMICÍLIO OU RESIDÊNCIA DO RÉU, PORÉM, SE O RÉU TIVER MAIS DE UMA RESIDÊNCIA, A COMPETÊNCIA FIRMAR-SE-Á POR AQUELA QUE ELE MAIS FREQUENTE.
- B) A COMPETÊNCIA SERÁ DETERMINADA PELA CONEXÃO QUANDO DUAS OU MAIS PESSOAS FOREM ACUSADAS PELA MESMA INFRAÇÃO.
- C) A COMPETÊNCIA SERÁ DETERMINADA PELA CONTINÊNCIA SE, NO MESMO CASO, HOUVEREM SIDO UMAS PRATICADAS PARA FACILITAR OU OCULTAR AS OUTRAS, OU PARA CONSEGUIR IMPUNIDADE OU VANTAGEM EM RELAÇÃO A QUALQUER DELAS.
- D) QUANDO A PROVA DE UMA INFRAÇÃO OU DE QUALQUER DE SUAS CIRCUNSTÂNCIAS ELEMENTARES INFLUIR NA PROVA DE OUTRA INFRAÇÃO A COMPETÊNCIA SERÁ FIXADA POR CONTINÊNCIA.
- E) VERIFICAR-SE-Á A COMPETÊNCIA POR PREVENÇÃO TODA VEZ QUE, CONCORRENDO DOIS OU MAIS JUÍZES IGUALMENTE COMPETENTES OU COM JURISDIÇÃO CUMULATIVA, UM DELES TIVER ANTECEDIDO AOS OUTROS NA PRÁTICA DE ALGUM ATO DO PROCESSO OU DE MEDIDA A ESTE RELATIVA, AINDA QUE ANTERIOR AO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA OU DA QUEIXA.

QUESTÃO 16

SOBRE PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **CORRETA**:

- I) A PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PELO JUIZ SOB REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOMENTE SERÁ CABÍVEL NA FASE JUDICIAL, JÁ QUE, NA FASE INVESTIGATIVA, ESSE REQUERIMENTO É CABÍVEL SOMENTE AO DELEGADO CONDUTOR DO RESPECTIVO INQUÉRITO POLICIAL.
- II) AO RECEBER O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, O JUIZ DEVERÁ FUNDAMENTADAMENTE CONVERTER A PRISÃO ILEGAL EM PREVENTIVA, QUANDO PRESENTES OS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, E SE REVELAREM INADEQUADAS OU INSUFICIENTES AS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.
- III) SERÁ ADMITIDA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA NOS CRIMES DOLOSOS PUNIDOS COM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE MÁXIMA SUPERIOR A 4 (QUATRO) ANOS.
- IV) SERÁ ADMITIDA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA QUANDO HOUVER DÚVIDA SOBRE A IDENTIDADE CIVIL DA PESSOA OU QUANDO ESTA NÃO FORNECER ELEMENTOS SUFICIENTES PARA ESCLARECÊ-LA, DEVENDO O PRESO SER COLOCADO IMEDIATAMENTE EM LIBERDADE APÓS A IDENTIFICAÇÃO, SALVO SE OUTRA HIPÓTESE RECOMENDAR A MANUTENÇÃO DA MEDIDA.
- A) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I E III.
- B) SOMENTE ESTÃO INCORRETAS AS ALTERNATIVAS II E III.
- C) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I, III E IV.
- D) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS III E IV.
- E) TODAS AS ALTERNATIVAS ESTÃO CORRETAS.

QUESTÃO 17

Não CABERÁ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO DA DECISÃO:

- A) QUE RECEBER A DENÚNCIA OU A QUEIXA.
- B) QUE CONCLUIR PELA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO.
- C) QUE JULGAR PROCEDENTES AS EXCEÇÕES, SALVO A DE SUSPEIÇÃO.
- D) QUE CONCEDER, NEGAR OU REVOGAR LIVRAMENTO CONDICIONAL.
- E) QUE ANULAR O PROCESSO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, NO TODO OU EM PARTE.

QUESTÃO 18

SOBRE A COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **CORRETA**:

- I) AOS JUÍZES FEDERAIS COMPETE PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PREVISTOS EM TRATADO OU CONVENÇÃO INTERNACIONAL, QUANDO, INICIADA A EXECUÇÃO NO PAÍS, O RESULTADO TENHA OU DEVESSE TER OCORRIDO NO ESTRANGEIRO, OU RECIPOCAMENTE.
- II) AOS JUÍZES FEDERAIS COMPETE PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E, NOS CASOS DETERMINADOS POR LEI, CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO E A ORDEM ECONÔMICO-FINANCEIRA.
- III) AOS JUÍZES FEDERAIS COMPETE PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES DE INGRESSO OU PERMANÊNCIA IRREGULAR DE ESTRANGEIRO, A EXECUÇÃO DE CARTA ROGATÓRIA, APÓS O "EXEQUATUR", E DE SENTENÇA ESTRANGEIRA, APÓS A HOMOLOGAÇÃO, AS CAUSAS REFERENTES À NACIONALIDADE, INCLUSIVE A RESPECTIVA OPÇÃO, E À NATURALIZAÇÃO.

IV) NAS HIPÓTESES DE GRAVE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, COM A FINALIDADE DE ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS DOS QUAIS O BRASIL SEJA PARTE, PODERÁ SUSCITAR, PERANTE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM QUALQUER FASE DO INQUÉRITO OU PROCESSO, INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL.

- A) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS II, III E IV.
- B) SOMENTE ESTÃO INCORRETAS AS ALTERNATIVAS I E III
- C) SOMENTE ESTÃO INCORRETAS AS ALTERNATIVAS I E II
- D) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I, II E IV
- E) TODAS AS ALTERNATIVAS ESTÃO CORRETAS.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 19

ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA** SOBRE O ARTIGO QUINTO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.

"ART. 5º – TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DISTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, GARANTINDO-SE AOS BRASILEIROS E AOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NO PAÍS A INVIOABILIDADE DO DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE, NOS TERMOS SEGUINTE:"

- A) O ARTIGO ACIMA TRANSCRITO GARANTE QUE AS LEIS ORDINÁRIAS NÃO POSSAM DISTINGUIR ENTRE BRASILEIROS NATURAIS E NATURALIZADOS.
- B) O REGIME JURÍDICO NACIONAL DE PROPRIEDADE IMÓVEL NACIONAL DEVE TENDER À UNIFORMIDADE INTERNACIONAL, SEM DISTINÇÃO ENTRE BRASILEIROS E ESTRANGEIROS.
- C) O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DEVE SER UNIVERSAL E GRATUITO, COMO INSTITUIÇÃO INSCULPIDA NA CLASSE DAS GARANTIAS PÉTREAS DA ORDEM JURÍDICA.
- D) "...NOS TERMOS SEGUINTE." PODE VIR A ESTABELECER DIFERENÇA ENTRE BRASILEIROS NATOS, NATURALIZADOS E ESTRANGEIROS, CONTANTO QUE AS DISTINÇÕES TENHAM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL.
- E) "RESIDENTES" INDICA QUE OS ESTRANGEIROS DE PASSAGEM NO PAÍS NÃO TÊM AS MESMAS GARANTIAS DOS RESIDENTES.

QUESTÃO 20

ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA** SOBRE PROTEÇÃO DA CASA:

"ART. 5º, XI – A CASA É ASILO INVIOLÁVEL DO INDIVÍDUO, NINGUÉM NELA PODENDO PENETRAR SEM CONSENTIMENTO DO MORADOR, SALVO EM CASO DE FLAGRANTE DELITO OU DESASTRE, OU PARA PRESTAR SOCORRO, OU, DURANTE O DIA, POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL;"

- A) O CONCEITO DE CASA NÃO ABRANGE MORADIAS TEMPORÁRIAS, P.EX., QUARTO DE HOTEL.
- B) O CONCEITO DE CASA NÃO ABRANGE O ESPAÇO FÍSICO USADO PARA A PRÁTICA DE AÇÕES ILÍCITAS, P.EX., TRÁFICO DE DROGAS. LOGO, É POSSÍVEL INVADIR O ESPAÇO, MESMO QUE NÃO HAJA FLAGRANTE.
- C) O QUE É O DIA E A NOITE DEPENDE DO HORÁRIO LOCAL.

- D) EM CASO DE O FLAGRANTE DELITO NÃO SE CONFIRMAR, AS PESSOAS QUE INVADIRAM A CASA RESPONDEM PENAL E CIVILMENTE PELO ATO.
- E) O CONCEITO DE CASA É O MAIS AMPLO POSSÍVEL, UMA VEZ QUE A DIRETRIZ É PROTEGER A PRIVACIDADE DO MORADOR, INCLUSIVE ABRANGENDO COMO ESPAÇO FÍSICO QUALQUER BEM QUE, POR FICÇÃO, ENTENDA-SE COMO PARTE DO IMÓVEL.

QUESTÃO 21

ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA** A RESPEITO DO QUE É A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E COMO É FEITO O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE:

- A) EXISTE UM CONCEITO FORMAL E MATERIAL DE CONSTITUIÇÃO, MAS O TEXTO BRASILEIRO ESTABELECE EXPRESSAMENTE UMA HIERARQUIA ENTRE OS CONCEITOS, DIZENDO QUE A MATERIAL É MAIS IMPORTANTE.
- B) A CONSTITUIÇÃO É SUPRANACIONAL, HAJA VISTA QUE RECEPCIONA VÁRIOS TRATADOS INTERNACIONAIS.
- C) O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO PODE SER FEITO POR QUALQUER JUIZ, O QUAL TAMBÉM PODE MODULAR OS EFEITOS TEMPORAIS DO CONTROLE. INCLUSIVE, PODE O JUIZ AVISAR AO SENADO QUE A NORMA PERDEU A VIGÊNCIA NO NOSSO ORDENAMENTO.
- D) A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE É INÚTIL, EM FACE DE TER A MESMA FUNÇÃO DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.
- E) A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA É RÍGIDA E ANALÍTICA.

QUESTÃO 22

SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO (MP) BRASILEIRO, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) O MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO ABRANGE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, DO DISTRITO FEDERAL E O MILITAR.
- B) O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, COMO REPRESENTANTE DO MP BRASILEIRO, PODE SER TITULARIZADO POR QUALQUER MEMBRO DO MP, SEJA FEDERAL OU ESTADUAL.
- C) O MEMBRO DO MP PODE EXERCER O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, INCLUSIVE DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR.
- D) PELO FATO DE O MEMBRO DO MP NÃO PODER RECEBER HONORÁRIOS A QUALQUER TÍTULO, ELE TAMBÉM NÃO PODE EXERCER O MAGISTÉRIO.
- E) COMO O MP TEM O PODER DE REQUISIÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL, ELE NÃO PODE INVESTIGAR.

QUESTÃO 23

SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEU REGIME JURÍDICO, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

- A) A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DE QUALQUER DOS PODERES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS OBEDECERÁ AOS PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA, SEM PREJUÍZO DE SE ADEQUAR A OUTROS PRINCÍPIOS RELATIVOS À MORALIDADE PÚBLICA.
- B) A INVESTIDURA EM CARGO E EM EMPREGO PÚBLICO PODE EXCEPCIONALMENTE DEPENDER DE CONCURSO PÚBLICO.
- C) SERVIDOR PÚBLICO NÃO TEM DIREITO À ASSOCIAÇÃO SINDICAL.
- D) A AUTONOMIA GERENCIAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA PODERÁ SER AMPLIADA MEDIANTE CONTRATO, A SER FIRMADO ENTRE SEUS ADMINISTRADORES E O PODER

PÚBLICO, QUE TENHA POR OBJETO A FIXAÇÃO DE METAS DE DESEMPENHO PARA O ÓRGÃO OU ENTIDADE, BEM ASSIM A FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÃO E DOS DIREITOS E DEVERES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS ENVOLVIDOS.

E) O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO EM REGRA É DE UM ANO, PRORROGÁVEL SUCESSIVAS VEZES.

QUESTÃO 24

SOBRE O PODER JUDICIÁRIO, ASSINALE A ALTERNATIVA **CORRETA**:

A) O STF CUIDA DE MATÉRIAS CONSTITUCIONAIS E DE LEI ORDINÁRIA, EXERCENDO O PAPEL EXCLUSIVO DE UNIFORMIZAR AS DUAS MATÉRIAS NO PAÍS.

B) AOS JUÍZES É VEDADO SE DEDICAR À ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA.

C) A ATIVIDADE JURISDICIONAL SE INTERROMPE AOS SÁBADOS E DOMINGOS. POR ISSO EXISTE O PLANTÃO.

D) JUÍZES NÃO PODEM EXERCER QUAISQUER OUTROS CARGOS E FUNÇÕES

E) A CRIAÇÃO DE VARAS JUDICIÁRIAS DEPENDE DE CONCORDÂNCIA ENTRE OS CHEFES DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E DO JUDICIÁRIO.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 25

SOBRE OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **INCORRETA**:

A) O PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE DECORRE DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO.

B) COM FULCRO EM SÚMULA DO STF, A ADMINISTRAÇÃO PODE REVOGAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNEM ILEGAIS, OU ANULÁ-LOS POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E, RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIÇÃO JUDICIAL.

C) A IMPOSSIBILIDADE DE SE INVOCAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO A "EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS" DECORRE DO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

D) O PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO EXIGE QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIQUE TANTO OS FUNDAMENTOS DE FATO, QUANTO OS DE DIREITO, EM SUAS DECISÕES.

E) SÃO RECONHECIDOS OS ATOS PRATICADOS POR SERVIDOR PÚBLICO QUE NÃO PREENCHE OS REQUISITOS DO CARGO EM HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.

QUESTÃO 26

SOBRE CONTRATO ADMINISTRATIVO, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **CORRETA**:

I) CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OCORRE QUANDO A ADMINISTRAÇÃO DELEGA A TERCEIRO A EXECUÇÃO DE UM SERVIÇO EM NOME DA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO.

II) A RESCISÃO UNILATERAL DA CONCESSÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PARA QUE ESTA EXECUTE O SEU OBJETO DIRETAMENTE QUANDO ELA SE REVELAR CONTRÁRIA AO INTERESSE PÚBLICO É CHAMADA DE CADUCIDADE.

III) A ENCAMPAÇÃO É A INCORPORAÇÃO AO PODER CONCEDENTE DOS BENS DO CONCESSIONÁRIO NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO QUANDO OCORRE A EXTINÇÃO DA CONCESSÃO PELOS MOTIVOS PREVISTOS NO ART. 35 DA LEI Nº. 8.987/98.

IV) SÓ EXISTE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO QUANDO SE TRATA DE SERVIÇO DE TITULARIDADE DO ESTADO.

A) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS AFIRMATIVAS III E IV.

B) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS AFIRMATIVAS I E III.

C) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS AFIRMATIVAS II E IV.

D) SOMENTE ESTÁ CORRETA A ALTERNATIVA IV.

E) TODAS AS AFIRMATIVAS SÃO FALSAS.

QUESTÃO 27

SOBRE LICITAÇÃO, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **INCORRETA**:

A) SÃO REGIDAS PELA LEI 8.666/93 TODAS AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, COM EXCEÇÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, JÁ QUE SEU CAPITAL SOCIAL PODE CONTER CAPITAL PRIVADO.

B) É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO QUANDO NÃO ACUDIREM INTERESSADOS À LICITAÇÃO ANTERIOR E ESTA, JUSTIFICADAMENTE, NÃO PUDER SER REPETIDA SEM PREJUÍZO PARA A ADMINISTRAÇÃO, MANTIDAS, NESTE CASO, TODAS AS CONDIÇÕES PREESTABELECIDAS.

C) É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO NOS CASOS DE GUERRA OU GRAVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM.

D) É INEXIGÍVEL A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE QUALQUER SETOR ARTÍSTICO, DIRETAMENTE OU ATRAVÉS DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO, DESDE QUE CONSAGRADO PELA CRÍTICA ESPECIALIZADA OU PELA OPINIÃO PÚBLICA.

E) É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO QUANDO A UNIÃO TIVER QUE INTERVIR NO DOMÍNIO ECONÔMICO PARA REGULAR PREÇOS OU NORMALIZAR O ABASTECIMENTO.

QUESTÃO 28

SOBRE CONTROLE ADMINISTRATIVO, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **CORRETA**:

I) OS RECURSOS ADMINISTRATIVOS PODEM TER EFEITO SUSPENSIVO OU DEVOLUTIVO. O EFEITO DEVOLUTIVO ACARRETA A DEVOLUÇÃO DO EXAME DA MATÉRIA À AUTORIDADE COMPETENTE PARA DECIDIR. O EFEITO SUSPENSIVO ACARRETA A SUSPENSÃO DOS EFEITOS DO ATO ATÉ A DECISÃO DO RECURSO E SÓ EXISTE QUANDO A LEI EXPRESSAMENTE ASSIM PREVER.

II) A RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA É O ATO PELO QUAL SOMENTE O SERVIDOR PÚBLICO DEDUZ UMA PRETENSÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, VISANDO OBTER O RECONHECIMENTO DE UM DIREITO OU A CORREÇÃO DE UM ATO QUE LHE CAUSE LESÃO OU AMEAÇA DE LESÃO.

III) O DIREITO À RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA, QUANDO NÃO HOUVER PRAZO ESPECÍFICO FIXADO EM LEI PARA SER FORMULADA, PRESCREVE EM UM ANO A CONTAR DA DATA DO ATO OU FATO QUE É TRATADO NA RECLAMAÇÃO.

IV) RECURSO HIERÁRQUICO É O PEDIDO DE REEXAME DO ATO DIRIGIDO À AUTORIDADE SUPERIOR ÀQUELE QUE PROFERIU O ATO E, NO CASO DO RECURSO HIERÁRQUICO IMPRÓPRIO, É DIRIGIDO À AUTORIDADE DE OUTRO ÓRGÃO NÃO INTEGRADO NA MESMA HIERARQUIA DAQUELE QUE PROFERIU O ATO.

A) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I E III.

B) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS III E IV.

- C) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I, III E IV.
- D) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I, II E III.
- E) TODAS AS ALTERNATIVAS ESTÃO CORRETAS.

QUESTÃO 29

SOBRE SERVIDORES PÚBLICOS, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **CORRETA**:

- I) A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRE DE ATO OMISSIVO OU COMISSIVO DOLOSO OU CULPOSO E QUE RESULTE EM PREJUÍZO AO ERÁRIO OU A TERCEIROS;
- II) TRATANDO-SE DE DANO CAUSADO A TERCEIROS, RESPONDERÁ O SERVIDOR PERANTE A FAZENDA PÚBLICA, EM AÇÃO REGRESSIVA, SALVO SE JÁ ESTIVER FALECIDO;
- III) A RESPONSABILIDADE PENAL ABRANGE OS CRIMES E CONTRAVENÇÕES IMPUTADAS AO SERVIDOR, NESSA QUALIDADE;
- IV) AS SANÇÕES CIVIS, PENAS E ADMINISTRATIVAS PODERÃO CUMULAR-SE, SENDO DEPENDENTES ENTRE SI.

- A) SOMENTE ESTÃO FALSAS AS ALTERNATIVAS II E IV.
- B) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I, III E IV.
- C) SOMENTE ESTÃO FALSAS AS ALTERNATIVAS I E II.
- D) SOMENTE ESTÁ CORRETA A ALTERNATIVA I.
- E) SOMENTE ESTÁ FALSA A ALTERNATIVA IV.

QUESTÃO 30

SOBRE ATOS ADMINISTRATIVOS, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA **CORRETA**:

- I) QUANDO EIVADOS DE VÍCIO DE LEGALIDADE, A ADMINISTRAÇÃO DEVE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, E, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, PODE REVOGÁ-LOS, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS.
- II) O DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO DE ANULAR OS ATOS ADMINISTRATIVOS DE QUE DECORRAM EFEITOS FAVORÁVEIS PARA OS DESTINATÁRIOS DECAI EM CINCO ANOS, CONTADOS DA DATA EM QUE FORAM PRATICADOS, SALVO COMPROVADA MÁ-FÉ.
- III) CONSIDERA-SE EXERCÍCIO DO DIREITO DE ANULAR QUALQUER MEDIDA DE AUTORIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTE IMPUGNAÇÃO À VALIDADE DO ATO.
- IV) OS ATOS ADMINISTRATIVOS DEVERÃO SER MOTIVADOS, COM INDICAÇÃO DOS FATOS E DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS, SALVO QUANDO DECORRAM DE REEXAME DE OFÍCIO.

- A) SOMENTE ESTÃO INCORRETAS AS ALTERNATIVAS II, III E IV.
- B) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I E III.
- C) SOMENTE ESTÃO INCORRETAS AS ALTERNATIVAS III E IV.
- D) SOMENTE ESTÃO CORRETAS AS ALTERNATIVAS I, II E IV.
- E) SOMENTE ESTÁ INCORRETA A ALTERNATIVA IV.

PROVA DISSERTATIVA

QUESTÃO 01

VERSANDO O HOJE, SABE-SE QUE O ORDENAMENTO NACIONAL ADMITE NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL A RESPEITO DE MATÉRIA AMBIENTAL OU DE IMPROBIDADE. O IMPORTANTE É SEPARAR O QUE É DIREITO DISPONÍVEL DO QUE É INDISPONÍVEL.

COM BASE NESSE TEMA, APÓS A LEITURA ATENTA DOS FUNDAMENTOS LEGAIS ABAIXO TRANSCRITOS, O CANDIDATO DEVE RESPONDER AS DUAS PERGUNTAS A SEGUIR. IMPORTANTE QUE, AO SE POSICIONAR, O CANDIDATO JUSTIFIQUE O QUE SERIA ELEMENTO DE VALIDADE E O QUE SERIA ELEMENTO DE EFICÁCIA DO NEGÓCIO PROCESSUAL.

ART. 190. VERSANDO O PROCESSO SOBRE DIREITOS QUE ADMITAM AUTOCOMPOSIÇÃO, É LÍCITO ÀS PARTES PLENAMENTE CAPAZES ESTIPULAR MUDANÇAS NO PROCEDIMENTO PARA AJUSTÁ-LO ÀS ESPECIFICIDADES DA CAUSA E CONVENCIONAR SOBRE OS SEUS ÔNUS, PODERES, FACULDADES E DEVERES PROCESSUAIS, ANTES OU DURANTE O PROCESSO.

PARÁGRAFO ÚNICO. DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO, O JUIZ CONTROLARÁ A VALIDADE DAS CONVENÇÕES PREVISTAS NESTE ARTIGO, RECUSANDO-LHES APLICAÇÃO SOMENTE NOS CASOS DE NULIDADE OU DE INSERÇÃO ABUSIVA EM CONTRATO DE ADESÃO OU EM QUE ALGUMA PARTE SE ENCONTRE EM MANIFESTA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

ART. 300. A TUTELA DE URGÊNCIA SERÁ CONCEDIDA QUANDO HOUVER ELEMENTOS QUE EVIDENCIEM A PROBABILIDADE DO DIREITO E O PERIGO DE DANO OU O RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO.

ART. 311. A TUTELA DA EVIDÊNCIA SERÁ CONCEDIDA, INDEPENDENTEMENTE DA DEMONSTRAÇÃO DE PERIGO DE DANO OU DE RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO, QUANDO:

I - FICAR CARACTERIZADO O ABUSO DO DIREITO DE DEFESA OU O MANIFESTO PROPÓSITO PROTETATÓRIO DA PARTE;

II - AS ALEGAÇÕES DE FATO PUDEREM SER COMPROVADAS APENAS DOCUMENTALMENTE E HOUVER TESE FIRMADA EM JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS OU EM SÚMULA VINCULANTE;

III - SE TRATAR DE PEDIDO REIPERSECUTÓRIO FUNDADO EM PROVA DOCUMENTAL ADEQUADA DO CONTRATO DE DEPÓSITO, CASO EM QUE SERÁ DECRETADA A ORDEM DE ENTREGA DO OBJETO CUSTODIADO, SOB COMINAÇÃO DE MULTA;

IV - A PETIÇÃO INICIAL FOR INSTRUÍDA COM PROVA DOCUMENTAL SUFICIENTE DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DO AUTOR, A QUE O RÉU NÃO OPOUNHA PROVA CAPAZ DE GERAR DÚVIDA RAZOÁVEL.

PARÁGRAFO ÚNICO. NAS HIPÓTESES DOS INCISOS II E III, O JUIZ PODERÁ DECIDIR LIMINARMENTE.

LEI Nº 13.140/2015

ART. 3º ODE SER OBJETO DE MEDIAÇÃO O CONFLITO QUE VERSE SOBRE DIREITOS DISPONÍVEIS OU SOBRE DIREITOS INDISPONÍVEIS QUE ADMITAM TRANSAÇÃO.

§ 1º A MEDIAÇÃO PODE VERSAR SOBRE TODO O CONFLITO OU PARTE DELE.

§ 2º O CONSENSO DAS PARTES ENVOLVENDO DIREITOS INDISPONÍVEIS, MAS TRANSIGÍVEIS, DEVE SER HOMOLOGADO EM JUÍZO, EXIGIDA A OITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

A. A CONCORDÂNCIA JUDICIAL PARA O NEGÓCIO PRODUZIR EFEITO, EM SE TRATANDO DE DIREITO INDISPONÍVEL, É ELEMENTO DE VALIDADE OU DE EFICÁCIA DO ACORDO?

B. UM PLANO DE SAÚDE PODE ESTABELECEER CLÁUSULA VÁLIDA NO NEGÓCIO PROCESSUAL COM O CONSUMIDOR, AO PROIBIR A PARTE DE PEDIR TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA, MAS DEIXAR NO ÂMBITO DA POSSIBILIDADE A TUTELA ANTECIPADA PROVISÓRIA.

QUESTÃO 02

O QUE É PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO PROCESSO PENAL? É CABÍVEL PRISÃO CAUTELAR ANTES DA CONDENAÇÃO TRANSITAR EM JULGADO? É CABÍVEL PRISÃO DECORRENTE APENAS DA CONDENAÇÃO QUE AINDA NÃO TRANSITOU EM JULGADO? FUNDAMENTE COM BASE NA DOUTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA DO STF.

CONSTITUIÇÃO:

ART. 5º. (...) LVII – NINGUÉM SERÁ CONSIDERADO CULPADO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA;

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (CPP)

ART. 283. NINGUÉM PODERÁ SER PRESO SENÃO EM FLAGRANTE DELITO OU POR ORDEM ESCRITA E FUNDAMENTADA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA COMPETENTE, EM DECORRÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO OU, NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO OU DO PROCESSO, EM VIRTUDE DE PRISÃO TEMPORÁRIA OU PRISÃO PREVENTIVA.

BOA SORTE!